

# 4 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Falar em EaD num país como o Brasil é observar a possibilidade de êxito nas diversas instâncias da prática educativa, porém, a efetivação de sucesso encontra-se vinculada, em grande parte, às decisões pertencentes ao âmbito das políticas públicas.

O tema EaD constitui tópico de interesse de muitos. Interessa ao Estado quando objetiva ampliar a formação de nível superior no país; às instituições particulares de ensino, quando veem no aprendizado eletrônico uma possibilidade de baixo custo de implantação de cursos versus um aumento de aprendizes virtuais; às universidades públicas que buscam a ampliação de seus serviços sem custos com a construção de novas instalações; aos fabricantes de equipamentos de softwares que lucram com a criação de novas formas de interrelações midiáticas virtuais; e, finalmente, aos estudantes que moram em localidades distanciadas dos grandes centros e/ou os que trabalham boa parte do dia (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Com efeito, a educação ofertada no AVA parece constituir resposta ou solução para muitos segmentos socioinstitucionais. E o dinamismo apresentado pela EaD, aliado às TDIC's, inaugura muitas mudanças no contexto da educação e do trabalho.

A composição desta nova tessitura mostra desafios que exigem a criação de novos conhecimentos, além da busca de novas metodologias aplicativas e necessárias aos diferentes contextos de espaço e tempo da aprendizagem virtual.

Na realidade da mudança de paradigma, na qual se aloca o ensino a distância, surge o DI. Este profissional apresenta como competência básica a realização da mediatização na seleção dos recursos tecnológicos com maior adaptabilidade aos conteúdos de um design instrucional, além de estimular a construção de parcerias entre alunos e equipe multidisciplinar.

A partir da argumentação acima, pode-se observar que se a aprendizagem consiste num dos campos mais complexos do conhecimento, a adaptação do ambiente de ensino presencial para o virtual deve, necessariamente, apresentar propostas de interação entre conteúdo e recursos tecnológicos apropriados e significativos, tanto para alunos, quanto para toda a equipe multidisciplinar virtual, na qual se inclui o DI.

Esta exigência faz da perspectiva na qual se encontra a EaD, um campo fortalecido para reflexões frutíferas e estimuladoras de práticas docentes que visem, de fato, uma inovação pedagógica, considerando-se que a partir de uma revisão dos valores, preconceitos e polêmicas referentes ao ensino virtual é que se pode visar um quadro de ruptura e mudanças em prol da aprendizagem colaborativa, participativa e democrática - tanto mais enfatizada no ensino realizado na plataforma

virtual de ensino.

É nesse sentido que urge a necessidade de se repensar a implementação das políticas públicas referentes ao aprendizado à distância, visando o acesso e a democratização do conhecimento bem como o estímulo à integração entre saberes e culturas diferenciadas. Tais ações, sendo concretizadas na prática, contextualizariam a EaD como um caminho aberto à construção de uma sociedade mais equinânime, além de estimular a humanização do indivíduo na medida em que contribui para a formação de sua cidadania. Esta possibilidade acresceria maior valor ao processo de ensino-aprendizagem, ultrapassando, de fato, as barreiras de tempo e de espaço.

---

Revisão #1

Criado 7 outubro 2021 14:31:38 por Valerio Augusto Lopes Passos

Atualizado 7 outubro 2021 14:31:47 por Valerio Augusto Lopes Passos